

Exmos. Senhores

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA  
Divisão de Económico e Património

DATA

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

**Referência:** Ajuste Direto nº 12/2021

**1** - A entidade adjudicante, Universidade da Beira Interior, abreviadamente designada por UBI, sediada no Convento de Santo António, 6201-001 Covilhã, Portugal, com o endereço eletrónico [www.ubi.pt](http://www.ubi.pt), telefone 00351 275 329 140, fax 00351 275 329 183, **convida V. Exas a apresentar proposta no âmbito do procedimento de Ajuste Direto**, procedimento adotado com vista à celebração de contrato de **“Prestação de serviços de verificação de despesas executadas por beneficiários nacionais integrados em parcerias responsáveis pela execução de operações cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito de Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia (CTE) - verificação das despesas da Operação SOE4/P1/F0986 - Tr@nsNet – Modelo de Living-Lab para uma Transição Ecológica através da Integração e Interconexão de Redes Heterogéneas Complexas, da responsabilidade do beneficiário Universidade da Beira Interior”**, de acordo com descrição efetuada nas Especificações Técnicas (mínimas) descritas na Parte II do Caderno de Encargos.

**2** – Informa-se que:

### **I. Entidade adjudicante/Decisão de Contratar**

**1** - A entidade adjudicante é a Universidade da Beira Interior (UBI), sediada no Convento de Santo António, 6201-001 Covilhã, Portugal, representada pelo Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo, na qualidade de Reitor desta Universidade, nos termos conjugados do Despacho n.º 5372/2021, publicado no DR n.º 104 de 28/05/2021, com o Despacho n.º

3164/2020, publicado no DR n.º 49 de 10/03/2020, conjugados com o art.º 109º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos), na sua última redação.

2 - O Procedimento foi autorizado por decisão do Sr. Reitor da UBI, através de despacho de autorização de vinte e seis de julho de 2021, e ao qual foi atribuído o nº de compromisso 26046.

## II. Procedimento de Aquisição

O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea d) do número 1 do artigo 20º do CCP.

## III. Valor para efeitos de procedimento

1 - O preço base é de **4.000,00 €** (quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para todo o período de execução do contrato, conforme disposto no ponto 1 das Especificações Técnicas (mínimas) descritas na Parte II do Caderno de Encargos.

2 - Será causa de exclusão que o valor da proposta seja superior ao preço base.

## IV. Prazo e Modo de Apresentação da Proposta

1 - A proposta, bem com os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas na plataforma eletrónica AcinGov - [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) -, até às 23h59m do dia indicado na mesma.

2 - O prazo fixado para a apresentação da proposta, é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

**3 - Sob pena de exclusão, todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada (visível) do concorrente ou seu representante, nos termos do disposto nos artigos 68.º, 69.º e 70.º e 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto e n.º 4 e 5 do artigo 57.º do CCP. Os documentos deverão ser assinados individualmente, ainda que possam ser enviados em formato comprimido (zip ou pdf). Ou seja, no caso de enviarem vários documentos agregados num só ficheiro pdf/zip, têm o dever legal de, previamente, assinarem digitalmente cada um dos documentos autónomos.**

4 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente no caso do cartão do cidadão, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento oficial indicando o poder de

representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

5 - Os documentos apresentados em plataforma ficam sujeitos à aposição de selos temporais nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

## **V. Documentos da Proposta**

1 - A proposta deve ser acompanhada:

- a) De declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ;
- b) Preço.

2 - A proposta a apresentar deverá ser instruída, ainda, de acordo com o seguinte:

- a) Proposta elaborada de acordo com o Anexo III ao presente Convite;
- b) Declaração de inexistência de conflito de interesses elaborada de acordo com o Anexo IV ao presente convite;
- c) Declaração de confidencialidade elaborada de acordo com o Anexo V ao presente Convite.

3 - **Mais se informa que:**

- a) Quando os documentos a que se alude supra não estiverem, pela sua própria natureza ou origem, redigidos em língua portuguesa serão acompanhados de tradução legalizada, em relação a qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
- b) O disposto na alínea anterior não prejudica as situações em que uma expressão/termo técnico (em inglês) não seja passível de tradução para português.
- c) Não é admitida a apresentação de propostas com alterações ao clausulado do Caderno de Encargos, nem às suas Especificações Técnicas (requisitos técnicos mínimos).
- d) Nos termos do artigo 60º do CCP os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- e) Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, **devendo, ainda, obedecer ao disposto no ponto IV do presente Ofício Convite.**

## VI. Esclarecimentos

**1** - Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica.

**2** - Os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica acinGov - <https://www.acingov.pt>.

## VII. Júri do procedimento

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do CCP, o presente procedimento não é conduzido por um Júri.

## VIII. Manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 90 dias.

## IX. Negociação

Não será objeto de negociação.

## X. Documentos de Habilitação

**1** - O adjudicatário deve apresentar, via plataforma eletrónica, no prazo de **cinco dias úteis a contar da notificação da adjudicação**, os seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II deste Caderno de Encargos, conforme alínea a) do nº1 do artigo 81º do CCP;
- b)** Declaração comprovativa em como não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas **b), d), e), h)** do artigo 55º do CCP;
- c)** Certidão do Registo Comercial;
- d)** Documento de Identificação do(s) outorgante(s);
- e)** Cédula profissional;
- g)** Declaração de inscrição na OROC;
- i)** Quaisquer outros documentos obrigatórios em virtude de legislação em vigor.

**2** - **Deverão ser respeitadas as seguintes disposições:** todos os documentos de habilitação, propostas e documentos que integram a mesma, deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais, salvo se disponíveis na Internet, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do

sítio onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

**3** - A adjudicação caduca se, por facto que seja imputável ao adjudicatário, este não apresente os documentos de habilitação exigidos nos prazos fixados.

**4** - Os documentos de habilitação deverão conter assinatura eletrónica qualificada (que deve estar visível) do concorrente ou do(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincularem.

## **XI. Caução**

A prestação de caução é dispensada nos termos do disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua atual redação, sem prejuízo do disposto no nº 3 do mesmo artigo.

## **XII. Outorga do Contrato**

**1** - O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito.

**2** - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação da minuta do contrato, e em conformidade com o disposto no Artigo 104.º do CCP.

## **XIII. Proteção de dados**

O tratamento de dados pessoais obedecerá ao disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), sendo os mesmos utilizados exclusivamente para os fins decorrentes do presente procedimento, seja na fase da formação do contrato, seja na fase da respetiva execução.

## **XIV. Gestor de Contrato**

**1** - Nos termos conjugados da alínea i) do artigo 96º e 290º -A, todos do CCP, e com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, será designado um gestor do contrato.

**2** - O gestor do contrato pode vir a ser substituído temporária ou definitivamente sem que isso implique alteração do contrato.

**3** - A substituição do gestor de contrato é oponível ao adjudicatário por mera notificação.

### **XV. Despesas e Encargos**

Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das propostas, bem como à celebração do contrato.

### **XVI. Contagem dos prazos**

Os prazos de formação do contrato são contados nos termos do artigo 470.º do CCP.

### **XVII. Disposições Finais**

- 1** - Não serão aceites propostas variantes.
- 2** - Não serão aceites propostas que alterem as cláusulas do Caderno de Encargos.
- 3** - As propostas não estão sujeitas a leilão.

### **XVIII. Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente regulamentado no presente Convite, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos), na sua atual redação, demais legislação e regulamentação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

### **Junta: CADERNO DE ENCARGOS**

Com os melhores cumprimentos,

O Reitor,



---

(Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo)

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [**assinatura eletrónica qualificada (4)**].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [**assinatura eletrónica qualificada (5)**].

**(1)** Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

**(2)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

**(3)** Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

**(4)** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

**(5)** Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO III**  
**Modelo de Proposta**

**À**  
**Universidade da Beira Interior**

**REF<sup>a</sup>: /2018**

Exmos. Senhores,

Na sequência do Convite que foi endereçado à -----, no âmbito do procedimento de contratação indicado em epígrafe, apresento a proposta para a prestação de serviços de verificação das despesas da Operação SOE4/P1/F0986 - Tr@nsNet – Modelo de Living-Lab para uma Transição Ecológica através da Integração e Interconexão de Redes Heterogéneas Complexas indicados no ponto 1 do convite, pelo preço global máximo de ----- (-----) correspondente a título de honorários, ao qual acresce o valor de ----- (-----) de IVA calculado à taxa de 23 %.

Com os melhores cumprimentos,

Data

Assinatura

#### **ANEXO IV**

#### **Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses**

\_\_\_\_\_ [nome completo do perito], declara não ter qualquer relação direta ou indireta, ou qualquer interesse pessoal ou patrimonial, direto ou indireto, próprio, ou como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa, ou do seu cônjuge ou pessoa com quem viva em economia comum, ou parente em linha reta ou até ao 2.º grau em linha colateral, na entidade cujo projeto será acompanhado ao abrigo do presente procedimento.

Data

Assinatura

M

## ANEXO V

### Declaração de Confidencialidade

\_\_\_\_\_ [Identificação do perito que subscreve a declaração], declara, para os devidos e legais efeitos, que se obriga a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade da Beira Interior, e aos projetos analisados, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

Declara, ainda, que se obriga a não transmitir a terceiros, nem de qualquer forma proceder ao uso ou a qualquer modo de aproveitamento da informação e da documentação cobertas pelo dever de sigilo, que não o destinado diretamente e exclusivamente à execução do contrato, com exceção da informação e da documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção ou que seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras administrativas competentes.

Data

Assinatura